

Fome: como vencer esse desafio?

Afome, expressão biológica de males sociológicos cujo tema era proibido nos tempos de Josué de Castro, hoje se coloca na ordem do dia. Para esse autor a face oculta da fome esconde interesses e preconceitos de ordem política, moral e econômica da civilização ocidental que tornaram esse tema pouco aconselhável de ser abordado publicamente.

No Brasil de hoje, escrever sobre a fome nos remete ao estudo do Banco Mundial. Na síntese das dimensões "longevidade, educação e renda", representada pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Brasil está situado na 73ª posição no mundo. IDH mediano graças ao PIB, porém, o país está localizado muito distante dessa média ao considerarmos a expectativa de vida ou a taxa de alfabetização de adultos, ou ainda, a de matrícula bruta nos três níveis de ensino.

Essas desigualdades, provocadas por uma política governamental injusta, acarretam vários tipos de humilhação, porém a mais vergonhosa delas, sem dúvida, é a fome. Fome que se traduz por vários estágios de carência, tendo seu extremo na quase ausência de ingestão de alimentos. Fome que leva a um definhar de maneira vertiginosa, todavia contemplando formas mais brandas que corroem, silenciosamente, grandes contingentes de brasileiros e se traduzem em deficiências no crescimento, no rendimento escolar e na produtividade no trabalho.

Um dos grandes obstáculos ao planejamento de intervenções no problema da alimentação residem, exatamente, na simplificação de um evento que é simultaneamente biológico, econômico e social.

O Projeto Fome Zero, conforme documento oficial, tem como eixo central a conjugação adequada das políticas estruturais voltadas à redistribuição da renda, ao emprego, à produção de alimentos e reforma agrária, e às políticas compensa-

tórias visando ao atendimento de famílias sem condições de viver dignamente. A ênfase inicial tem-se dado no segundo grupo de ações, cuja eficácia e durabilidade podem ser questionadas historicamente.

O pacto que se coloca em nível nacional, amplamente divulgado pela mídia, merece algumas reflexões: Como supor que um país com tantas disparidades, marcadamente no binômio saúde e educação, aliadas a condições objetivas de existência, possa vencer esse desafio? Qual é o papel dos diferentes atores sociais nesse processo? Como o aparelho formador dos profissionais, em nível de terceiro grau, pode rever seus currículos e práticas, plantando no estudante da graduação a semente do agente de mudanças sociais?

É, portanto, imprescindível atacar as causas da fome, promovendo ações para horizontes onde as políticas agrária, econômica e social sejam partes de um todo. Porém, sem perder a capacidade de identificar o papel do público e da sociedade civil, cada um a seu tempo, em ações cuja eficácia se dêem além do curto prazo.

Resgatamos aqui o documento brasileiro apresentado na Cúpula Mundial de Alimentação, em 1994, que sentencia: "o acesso à alimentação é um direito humano em si mesmo, na medida que a alimentação constitui-se no próprio direito à vida [...] negar este direito é, antes de mais nada, negar a primeira condição para a cidadania, que é a própria vida."

O presente número da *Revista de Extensão e Cultura*, da Universidade Federal de Goiás, foi elaborado em virtude desse contexto e, acreditamos, a pertinência dos enfoques aqui tratados contribuirá para mais um passo na compreensão da fome em nosso país.

Estelamaris Tronco Monego
Editora

Tanta pobreza a contornar. Tanto sonho irrealizado, tanto abandono. Tanta água de sonho puxada do poço da imaginação.
Cora Coralina